**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE ...**

**... (nome da parte em negrito)**, já qualificado nos autos do processo crime nº \_\_\_\_\_, que lhe move a Justiça Pública, por seu advogado que esta subscreve vem respeitosamente perante Vossa Excelência, não se conformando com a respeitável sentença que o condenou pelo crime do artigo [121](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10625629/artigo-121-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), cumulado com o artigo [14](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10638135/artigo-14-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), [II](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10638075/inciso-ii-do-artigo-14-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940) e o artigo [61](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10633092/artigo-61-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), [II](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10633010/inciso-ii-do-artigo-61-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), do [Código Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033702/c%C3%B3digo-penal-decreto-lei-2848-40), interpor

**RECURSO DE APELAÇÃO**

com fundamento no artigo [593](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616608/artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), [III](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616492/inciso-iii-do-artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), alínea “d’, do [Código de Processo Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033703/c%C3%B3digo-processo-penal-decreto-lei-3689-41).

Requer seja recebida e processada a presente apelação e remetida, com as inclusas razões, ao Egrégio Tribunal de Justiça.

Nestes termos,

pede e espera deferimento.

... (Município – UF), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano).

**ADVOGADO**

OAB n° .... - UF

**RAZÕES DE RECURSO DE APELAÇÃO**

**APELANTE: ...**

**APELADA: Justiça Pública**

**PROCESSO n° ...**

EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL,

COLENDA TURMA,

DOUTO PROCURADOR DA REPÚBLICA.

Em que pese o indiscutível saber jurídico do Meritíssimo Juiz a quo, impõe-se a reforma da respeitável sentença proferida contra o apelante, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

**DOS FATOS**

..., foi denunciado pelo promotor de justiça do Ministério Público pelo crime do artigo [121](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10625629/artigo-121-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), caput, cumulado com o crime descrito no artigo [14](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10638135/artigo-14-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), [II](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10638075/inciso-ii-do-artigo-14-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), e do artigo [61](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10633092/artigo-61-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), [II](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10633010/inciso-ii-do-artigo-61-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), do [Código Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033702/c%C3%B3digo-penal-decreto-lei-2848-40).

Conforme a denúncia, ... teria feito uso de pistola com capacidade para 12 cartuchos com a finalidade de atingir seu irmão, Alberto, e teria efetuado um disparo contra ele, porém com tentativa de matá-lo, causando, entretanto, lesões no peito. Afirmou ainda, o promotor, que o homicídio não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, já que a vítima teria recebido atendimento médico.

Durante a instrução do feito, a acusação apresentou testemunhas não presenciais. Já a defesa, arrolou Catarina Andrade, que informou que, depois de efetuar único disparo de arma de fogo contra seu irmão, ... absteve-se, voluntariamente, de reiterar atos agressivos contra a vítima e retirou-se, caminhando, do local em que ocorreram os fatos.

A polícia técnica afirmou, nos autos, de que na arma apreendida, havia 7 cartuchos intactos. E, ainda, que ... não possui antecedentes criminais.

De acordo com o laudo de exame de corpo de delito, Alberto foi atingido no lado esquerdo do peito, tendo o projétil transfixado o coração, do que resultou perigo de morte. Em razão da lesão sofrida, a vítima ficou afastada de suas atividades normais por 40 dias.

A sentença pronunciou ..., que foi submetido a julgamento pelo tribunal do júri, e considerado culpado, nos termos da denúncia, a 5 anos de reclusão, em regime semiaberto.

**DO DIREITO**

A decisão dos jurados de condenar ... pela prática dos delitos descritos na denúncia não prospera, vez que é manifestamente contrária à prova dos autos, conforme se demonstrará.

Destarte, há de se demonstrar que a tentativa ocorre quando iniciada a execução, o crime não se consuma por motivos alheios a vontade do agente, conforme artigo [14](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10638135/artigo-14-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), [II](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10638075/inciso-ii-do-artigo-14-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), do [Código Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033702/c%C3%B3digo-penal-decreto-lei-2848-40).

Não é esse o caso em questão. Ora, deve ser reconhecido que ..., se quisesse, poderia perfeitamente ter consumado o crime de homicídio, conforme revelou a perícia, de que havia mais cartuchos na arma de fogo. Se fosse a intenção do autor a de matar, ele o teria feito. Portanto, resta comprovado que não houve qualquer motivo alheio a vontade do agente. O motivo partiu dele mesmo.

Conforme ainda, a testemunha de defesa Catarina, o réu deixou de praticar o crime de homicídio de forma voluntária, tendo efetuado um disparo contra Alberto e teria, então, saído andando.

Deve ser questionado, também, a possibilidade de alguém ter o dolo de matar e, tendo a arma municiada em suas mãos, deixar de fazê-lo, e ainda por cima, sair andando. Não são essas atitudes de quem tem o dolo de matar.

Portanto, resta claro, que se trata do instituto da desistência voluntária, tratada no artigo [15](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10638023/artigo-15-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), do [Código Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033702/c%C3%B3digo-penal-decreto-lei-2848-40), hipótese em que o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução.

Sendo assim, ... só deve responder pelos atos já praticados, ou seja, pela lesão corporal do artigo [129](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10624670/artigo-129-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940), do [Código Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033702/c%C3%B3digo-penal-decreto-lei-2848-40).

Assim sendo, a decisão dos jurados foi equivocada ao ter condenado ... por um crime de tentativa de homicídio, conforme artigo [593](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616608/artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), [III](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616492/inciso-iii-do-artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), [d](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616315/alinea-d-do-inciso-iii-do-artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), do [Código de Processo Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033703/c%C3%B3digo-processo-penal-decreto-lei-3689-41), e deve ser, portanto, submetida a novo julgamento, de acordo com o artigo 593, parágrafo 3º, do mesmo dispositivo legal.

Caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, deve ser retificada a quantificação da pena pelo Tribunal, conforme artigo [593](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616608/artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), [III](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616492/inciso-iii-do-artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), alínea [c](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616357/alinea-c-do-inciso-iii-do-artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), [parágrafo 2º](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616241/par%C3%A1grafo-2-artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), do [Código de Processo Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033703/c%C3%B3digo-processo-penal-decreto-lei-3689-41), já que as circunstâncias de ... devem ser computadas, como a ficha de antecedentes penais.

Dessa forma, a pena deverá restar no mínimo legal de 6 anos, que deverá ser abatida pela tentativa, e deverá, por fim ser fixada em 4 anos, que deverá ser cumprida no regime inicial de reclusão aberto, de acordo com o disposto no artigo [593](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616608/artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), [III](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616492/inciso-iii-do-artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), alínea ‘b’, parágrafo 1º, do [Código de Processo Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033703/c%C3%B3digo-processo-penal-decreto-lei-3689-41).

**DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer seja conhecido e provido o presente recurso, afim de que a respeitável sentença proferida pelo Tribunal do Júri seja submetida a nova apreciação, conforme artigo [593](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616608/artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), [III](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616492/inciso-iii-do-artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), [parágrafo 3º](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616211/par%C3%A1grafo-3-artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), alínea d, do [Código de Processo Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033703/c%C3%B3digo-processo-penal-decreto-lei-3689-41). Caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, requer sejam reconhecidas as circunstâncias benéficas de ..., e que seja retificada a quantificação da pena, nos termos do artigo [593](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616608/artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), [III](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616492/inciso-iii-do-artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), alínea ‘c’, parágrafo 2º, do [Código de Processo Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033703/c%C3%B3digo-processo-penal-decreto-lei-3689-41) e que, consequentemente seja reanalisado o regime inicial do réu, de acordo com o artigo [593](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616608/artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), [III](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616492/inciso-iii-do-artigo-593-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941), alínea ‘c’, parágrafo 1º, do [Código de Processo Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033703/c%C3%B3digo-processo-penal-decreto-lei-3689-41).

Nestes termos,

pede e espera deferimento.

... (Município – UF), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano).

**ADVOGADO**

OAB n° .... - UF